

1 | DINÂMICA ECONÔMICA, MERCADO DE TRABALHO E EMPREGO FORMAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE FORTALEZA VIS-À-VIS SALVADOR - 1997/2007

Luís Abel da Silva Filho*

Adriano Olivier de Freitas e Silva**

William Gledson e Silva***

Silvana Nunes de Queiroz****

Fábio Freire Ribeiro do Vale*****

Resumo

As transformações econômicas vivenciadas pela economia brasileira nos anos 1990 provocaram novas configurações no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva delas decorrentes repercutiu acentuadamente no novo perfil de mão de obra em todos os setores de atividade econômica do país. O objetivo deste artigo é analisar a evolução dos estabelecimentos formais e o perfil socioeconômico dos trabalhadores da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) *vis-à-vis* Região Metropolitana de Salvador (RMS). Metodologicamente, utiliza-se pesquisa do tipo exploratória, sustentada em uma revisão de literatura, bem como análise empírica dos dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE). A hipótese desta investigação científica é a de que as Regiões Metropolitanas aqui apresentadas conseguiram aumentar o número de estabelecimentos formais (em 10 anos) de 25.937 para 42.432 na RMF e de 32.141 para 48.790 na RMS entre 1997 e 2007, respectivamente. Todavia, as condições socioeconômicas dos trabalhadores não apresentaram a mesma

* Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Pesquisador do Observatório das Metrôpoles, núcleo da UFRN. abeleconomia@hotmail.com

** Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

*** Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

**** Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA), doutoranda em Demografia pelo Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO/Unicamp) e bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

***** Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

tendência de ascensão, dado que, em 2007, somente, 40,79% e 50,62% da mão de obra formal da RMF e da RMS, respectivamente, tinham o ensino médio completo, como também, 68,10% na RMF e 51,27% na RMS ganhavam até 2 salários Mínimos (SM). Concluiu-se que as políticas de incentivos fiscais apresentaram efeitos no que concerne ao aumento no número de estabelecimentos e empregos formais nas duas Regiões Metropolitanas. Todavia, as condições socioeconômicas dos trabalhadores, em uma década, mostraram-se em processo de atrofiamento evidenciado nos baixos salários e na alta rotatividade da mão de obra, mesmo quando seu nível de instrução apresentou melhoras.

Palavras-chave: Evolução. Estabelecimentos formais. Emprego formal. RMF. RMS.

Abstract

This paper aims at to analyze the evolution of formal businesses and the socio-economical profile of workers from the Metropolitan region of the State of Fortaleza, Brazil (RMF), compared to the Metropolitan Region of Salvador (RMS), State of Bahia, Brazil. Methodologically, it was carried an exploratory research, based on literature review as well as an analysis of secondary data from the Social Information Annual List (RAIS/MTE). The hypothesis of this scientific investigation is that the studied RMs (metropolitan regions) managed to increase the number of formal businesses (in 10 years) from 25.937 to 42.432 in the RMF, and from 32.141 to 48.790 for the RMS, in 1997 and 2007, respectively. However, the socio-economical conditions of workers did not show the same increasing trend. In 2007, only 40.79 and 50.62% of the formal workforce from the RMF and RMS, respectively, had graduated from high school, as well as 68.10% in the RMF and 51.27% in the RMS earned up to 2 minimum wages (SM).

Keywords: Evolution. Formal businesses. Formal employment. RMF. RMS.

Introdução

A região Nordeste do Brasil, desde a perda da dinâmica econômica do período açucareiro, foi praticamente abandonada pelas políticas públicas do país. Foi notadamente a partir dos anos de 1950, depois de um longo período de atrofiamento da estrutura econômica da região (decadência do açúcar) e da perda do dinamismo econômico para outras partes do território brasileiro, principalmente a região Sudeste, que o Nordeste brasileiro vivenciou as mazelas sociais de uma região semiárida com desestruturação da dinâmica econômica e ausência do poder público, como forma de minimizar os impactos da desestruturação das atividades econômicas em decadência e dos gargalos que impediam o desenvolvimento. Ainda nos anos de 1950, esta extensão do território nacional figurava-se, em todo o hemisfério sul, como detentora de um dos maiores índices populacionais, vivendo abaixo da linha de pobreza.

Em 1956, documento produzido sobre o desenvolvimento econômico da região, o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), teve como objetivo o estudo dos gargalos existentes, bem como apresentar um diagnóstico e uma proposta de intensificação dos investimentos industriais como estratégia possível para a redução das disparidades e de dinamização de economias como a nordestina. Além disso, a industrialização era tratada como estratégia central para a dinamização de toda a economia do país. Nesse documento, atenção especial era dada à necessidade de uma indústria siderúrgica na região como forma de estruturar seu parque industrial (BARROS; GALVÃO, 2002).

O diagnóstico apresentado pelo GTDN sobre a economia nordestina representou um ponto de inflexão para a concepção do Estado brasileiro no que se refere às políticas de desenvolvimento regional. Nesse trabalho, o Nordeste é apresentado à luz do potencial econômico existente, e não mais sendo visto como digno do assistencialismo secular que predominou no cenário econômico dessa parte do país. Desde então, o que se pretendia na região Nordeste era o desenvolvimento de políticas que promovessem o desenvolvimento sustentável, explorando o potencial econômico existente, mediante a dinamização de sua base econômica, por meio da industrialização.

De acordo com Lago (1990) e Souza (1997), o I Programa Nacional de Desestatização (PND) definiu planos de desenvolvimento para o Nordeste baseados em diretrizes regionais compatíveis com as possibilidades de organização no contexto nacional, mediante políticas de incentivo fiscal e melhoramento da infraestrutura. Todavia, com a aprovação do II PND, em 1975, grandes transformações ocorreram. Este programa, elaborado no governo Geisel, tinha como meta construir um elo entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento do território brasileiro, diminuindo as fronteiras da industrialização com o apoio do Estado, criando, assim, oportunidade de

dinamização da economia nordestina. Esse processo teve uma pausa considerável com a 2ª crise do petróleo em 1979 e o desequilíbrio da economia mundial, passando toda a década de 1980 estagnado.

Para Barros e Galvão (2002), com a criação do III PND, novas estratégias de desconcentração industrial foram arroladas. Nesse, a política industrial estava direcionada de modo a reorientar a distribuição espacial de novos investimentos compatíveis com os interesses de políticas de desenvolvimento locais. Nesse caso, as indústrias não foram descentralizadas como transferência de atividades de áreas industrializadas para outras menos industrializadas, mas como privilégio de atrativo de arranjos produtivos locais de novas áreas polos.

O III PND apresentava apenas uma vaga atenção para o Nordeste. Seu objetivo era apenas estimular o desenvolvimento agropecuário, agroindustrial e industrial. Os dois primeiros foram pouco expressivos devido a fatores climáticos ocasionados pela localização da região no polígono das secas. Os dispositivos que regularam o desenvolvimento de tais atividades, ao se limitarem à zona da mata e a vales de rios como o São Francisco, que dependiam de investimentos elevados, ocasionaram crescimento econômico concentrado. Só posteriormente essas áreas foram beneficiadas com programas de incentivos à produção e exportação de frutas.

Com a descentralização industrial advinda nos anos de 1960 e 1970, observou-se no Brasil o processo de desconcentração das atividades industriais, anteriormente concentradas no Sudeste. Essas passaram a buscar espaços e condições de produção mais eficientes, pautadas na busca de mão de obra barata e matéria-prima abundante em alguns setores (baixos custos para as empresas) e novos mercados mais próximos dos consumidores. Essa desconcentração, entretanto, ocorreu para algumas indústrias especializadas em transformação de matérias-primas abundantes em regiões como o Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste.

Observa-se, com isso, que não só a região Nordeste, mas também as demais beneficiadas pela industrialização que se deu a partir de 1960 e 1970 tiveram como atrativos a matéria-prima abundante, incentivos fiscais, além de mão de obra com baixo custo e em grande quantidade.

Já os anos de 1980 assistiram à decadência do modelo de substituição de importações levado pelo aumento da dívida externa dos países, seguido da dívida interna, ocasionada, sobretudo, pelo endividamento do setor público. Este foi responsável pela redução de investimentos internos que levou à crise dos anos 1980 e início dos anos de 1990, afetando as regiões, inclusive a Nordeste.

A forma como ocorreu a liberação comercial brasileira no início dos anos de 1990 ocasionou impactos acentuados em todos os setores da indústria nacional, principalmente em regiões que contavam com o apoio de políticas públicas

para seu dinamismo. A redução acentuada das barreiras tarifárias e não tarifárias teve repercussão acentuada na rentabilidade das empresas nacionais, levando ao fechamento de algumas e a uma rápida forma de reestruturação de outras, pautada em um modelo de menor projeção da indústria brasileira (CARDOSO, 2007).

As empresas que sobreviveram ao processo de reestruturação produtiva ocasionada pela abertura econômica dos anos de 1990 obtiveram um novo modelo de estrutura produtiva com elevada produtividade e maior competitividade. Todavia, contaram com maior participação de componentes importados e maior tendência à desnacionalização da produção industrial do nordeste e, conseqüentemente, de todo o país, além da precarização das condições de trabalho.

A dinâmica de crescimento da região Nordeste ocorreu de forma diferenciada entre as sub-regiões. É notável o maior crescimento econômico nas cidades de porte médio e nas três capitais: Salvador, Recife e Fortaleza. Com isto, o crescimento da ocupação industrial ficou concentrado nas áreas metropolitanas. Essa expansão não ocorreu de forma significativa em sub-regiões como a Zona da Mata e o Semiárido, fragilizando, dessa forma, o conceito de desenvolvimento integrado de todo o Nordeste do Brasil. O crescimento econômico de uma área acaba não compensando o atraso relativo da outra, como afirmam Menezes e Carvalho (1999).

Para Diniz e Basques (2004), a guerra fiscal tem se tornado um grande aliado para o processo de industrialização do Nordeste, especificamente para o estado da Bahia e do Ceará, que têm no incentivo fiscal um fator determinante na atração de investimentos.

Diante do exposto, pergunta-se: O processo de industrialização da região Nordeste do Brasil conseguiu elevar o número de estabelecimentos formais na década analisada (1997/2007) e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida dos trabalhadores formais nas RM estudadas? Neste artigo, trabalha-se com a hipótese de que houve um aumento significativo no número de estabelecimentos formais nas RM, todavia com grande índice de precarização do emprego formal.

Metodologicamente, utiliza-se uma pesquisa do tipo exploratória, sustentada em uma revisão de literatura direcionada a esses propósitos, bem como análise empírica de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que serão tabulados e posteriormente analisados para dar sustentação à hipótese da pesquisa.

Para tal abordagem, o assunto será apresentado na forma que segue: na primeira seção, apresenta-se a discussão acerca do processo de reestruturação das organizações produtivas e os impactos no mercado de trabalho. Na segunda seção, apresenta-se a evolução e o perfil dos estabelecimentos formais na

Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e Região Metropolitana de Salvador (RMS), segundo a capacidade de geração de emprego. Na terceira seção, faz-se uma análise do perfil do trabalhador formal da grande Fortaleza e da grande Salvador, enfocando salários, escolaridade, tempo de permanência no emprego, entre outros aspectos. Por fim, nas considerações finais, procura-se abordar as principais características que assomaram na investigação nas Regiões Metropolitanas aqui apresentadas.

Processo de reestruturação produtiva e impactos no mercado de trabalho

Os anos de 1970 assistiram a um processo de reestruturação das organizações produtivas em economias capitalistas mais avançadas que se estenderam a todas as economias mundiais. A inovação tecnológica seguida de novas estratégias de gestão da indústria e do trabalho expandiu-se rapidamente, atingindo as economias periféricas que, nos anos de 1980, já se propagara em todo o mundo industrializado.

Nesse contexto, surgiu novo modelo de reorganização do trabalho que caracterizava um novo cenário social pós 1973. Esse emergira logo após a recessão econômica vivenciada com as primeira e segunda crises do petróleo – em 1973 e 1979, respectivamente –, seguido do processo de internacionalização da economia, que contagiou todo o mundo capitalista em nebulosa de oscilações e incertezas, e de uma série de novas experiências no domínio da produção industrial e da vida em sociedade.

A acumulação flexível verificada nesse momento, para Harvey (2004, p. 140):

[...] se apoiou na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnologia e organizacional.

O processo de inovação tecnológica influenciou na formação de nova estrutura do parque industrial brasileiro que, doravante, passou por transformações que envolveram reduções de custos de produção, bem como especialização da produção em unidades fabris de menor porte (desintegração vertical), objetivando ganho de produtividade e, conseqüentemente, a sobrevivência em um mercado agora competitivo.

Segundo Antunes (2005), o modelo de especialização flexível deu origem a uma nova estrutura produtiva que estabeleceu seus métodos organizacionais em desenvolvimento tecnológico, de um lado, e na desconcentração produtiva, do outro. Seu progresso, entretanto, estava sob o domínio de pequenas e médias empresas. Assim, na medida em que esse modelo se expandiu e se

concretizou, acabou superando o modelo fordista predominante no sistema capitalista durante décadas.

Sobre a situação inicial deste sistema, Frassa (2008, p. 4, tradução nossa) argumenta:

A situação deste sistema teve início, em nível mundial, com um profundo processo de reestruturação empresarial que tinha como objetivo adequar às características de oferta de bens e serviços as novas condições, cada vez mais variáveis e imprevisíveis, do mercado e demanda. Assim, começaram a avaliar as vantagens e desvantagens da organização tradicional do trabalho, introduzindo-se distintas reformas dentro da mesma. Estes ensaios foram tomando forma em diversas estratégias empresariais que, com o passar dos anos, foram se conformando em modelos produtivos alternativos taylorista-fordista.¹

O sistema flexível de organização do trabalho tem paulatinamente substituído a rigidez organizacional do modelo taylorista/fordista de produção. Com o modelo flexível, um mesmo trabalhador pode exercer várias funções, expandindo seu conhecimento e desenvolvendo novas habilidades no trabalho. Isto, entretanto, pode ser considerado proveitoso no cenário do desenvolvimento das atividades para o empregador, pois evita a ocorrência de reivindicações, visto que as negociações anteriormente firmadas sobre salários e condições de trabalho perdem o sentido, já que o mesmo trabalhador pode desenvolver várias funções no ambiente de trabalho (OLIVEIRA, 1995).

De acordo com Cocco (1995), as inovações tecnológicas centradas inicialmente na difusão da robótica e, posteriormente, na microinformática têm contribuído para a propagação do modelo flexível de acumulação, no qual as entidades produtivas de pequeno tamanho podem incorporar-se a um modelo de especialização que venha a contribuir com evoluções, tanto qualitativas quanto quantitativas. Neste modelo, o *Just in time* opera como ajuste da produção no sistema produtivo, para atendimento de uma imprevisível demanda.

Com o processo de globalização da economia, as forças produtivas, o trabalho, o capital e a tecnologia passaram a romper os limites nacionais impulsionados pelo setor de informação. Este, em ritmo acelerado, tem rompido as fronteiras produtivas, dinamizado a economia mundial e integrado o processo de produção (bens e serviços) a uma nova forma de organização mais rentável (FIGUEIREDO; MICHEL; RANGEL, 1995).

¹ "La situación de este sistema dio inicio, a nivel mundial, a un profundo proceso de reestructuración empresarial que tenía como objetivo adecuar las características de La oferta de bienes y servicios a las nuevas condiciones, cada vez más variables e imprevisibles, del mercado y la demanda. Así, se comenzaron a evaluar las ventajas y desventajas de la organización tradicional del trabajo, introduciéndose distintas reformas dentro de la misma. Estos ensayos fueron tomando forma en diversas estrategias empresariales que, con el paso del tiempo, se fueron conformando en modelos productivos alternativos al taylorista-fordista."

A expansão do mercado de trabalho acaba colocando limite ao processo de organização dos trabalhadores, já que, no modelo flexível, esse é substituível facilmente. A despeito de nesse modelo ocorrer um processo de desmobilização e também de limitação à capacidade de reivindicação por parte dos trabalhadores, no Brasil, o impacto foi mais visível, dado à perda de combatividade dos sindicatos nos anos de 1980. Para Gilly (1988², apud FIGUEIREDO; MICHEL; RANGEL, 1995, p. 907):

A flexibilidade significa debilitar ou suprimir, em nome da eficiência e da produtividade capitalistas, as normas de trabalho estabelecidas no interior da empresa e em cada posto de trabalho através das lutas e negociações passadas e firmadas nos contratos de trabalho (nacionais por empresa ou departamento) nos usos e costumes reconhecidos por todos.

Nesse novo contexto organizacional, o neocapitalismo sofisticou-se ainda mais com a utilização de diferentes formas de exercício do poder e da dominação dos meios de produção. No entanto, o trabalhador continua a aderir aos atuais métodos de elevação da produtividade, transformando-se em instrumento de controle do capital. Esse modelo permanece atualmente na sociedade capitalista exatamente por apresentar grande rentabilidade para o sistema econômico vigente (HELOANI, 2002).

Seguindo a discussão exposta em torno das novas formas de estruturação produtiva mundial, a seção seguinte trará uma análise das estruturas produtivas nas RMF e RMS com base no exame da estruturação produtiva no mercado do Nordeste. Procurar-se-á abordar tal estruturação pela ótica da capacidade de geração de empregos formais, bem como do perfil dessas estruturas produtivas nos anos de 1997 e 2007. Apresentar-se-á ainda a evolução do número de estabelecimentos, bem como a dinâmica por setor de atividade econômica e os subsetores dessas atividades.

Perfil dos estabelecimentos formais da Região Metropolitana de Fortaleza *vis-à-vis* Região Metropolitana de Salvador em 1997 e 2007

Com relação ao perfil dos estabelecimentos formais instalados nas Regiões Metropolitanas deste estudo, os dados da RAIS apontam crescimento no número de estabelecimentos nas duas RM. Na análise feita entre a RMF e a RMS, percebeu-se que, em 1997, a primeira contava com 25.937 estabelecimentos, passando para 42.432 em 2007. Para a RMS, os dados mostram dinâmica semelhante, dado que esta contava com 32.141 estabelecimentos em 1997,

² GILLY, A. *Flexibilidad, o el assalto contra el trabajo*. México: Joan Boldó i Clement Editores, 1988.

elevando-se para 48.790 em 2007. Embora ambas apresentassem a mesma dinâmica, cabe destacar que a variação para a primeira foi superior a 63,60% e para a segunda foi de 51,80% (Tabela 1). Assim, pode-se acrescentar que, em uma década, a RMF apresentou taxas de crescimento no número de estabelecimentos superiores às da RMS. Sabóia (2001) mostra que, no Nordeste, o Ceará destaca-se desde o período de 1989 a 1998, período em que a taxa de variação do emprego formal superou os estados da Bahia e de Pernambuco. O Ceará apresentou crescimento de 15,1% e os outros dois estados apresentaram decréscimo de -25,3% e -41,5%, respectivamente.

TABELA 1
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FORMAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 1997/2007

Região	1997	2007	Variação (%) 1997/2007
RMF	25.937	42.432	63,60%
RMS	32.141	48.790	51,80%
Total	58.078	91.222	

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS/MTE, 1997 e 2007 (BRASIL, [ca. 2008]).

Dessa forma, o aumento no número de estabelecimentos formais nas Regiões Metropolitanas deste estudo pode ser justificado pelas políticas de atração de indústrias via incentivos fiscais presente em todo o Nordeste, com destaque para Bahia e Ceará, a partir de meados dos anos de 1980. Também concorreu o processo de migração interna e atração de estabelecimentos internacionais para a região, motivados pelo baixo custo da mão de obra e pelo potencial mercado consumidor que tem despontado nos últimos anos.

A Tabela 2 exibe a trajetória do emprego formal por ramo de atividade econômica nas RM estudadas. Pode-se verificar nesses dados a forte concentração da mão de obra formal no setor de serviços, tanto na RMF quanto na RMS. O fato de aproximadamente 60% dos trabalhadores formais metropolitanos aqui estudados encontrarem-se no setor de serviços decorre, segundo Santos e Moreira (2006), do fato de localizarem-se em uma região em desenvolvimento, na qual os setores industrial e agrícola não apresentam estruturas produtivas significativamente elevadas para absorver a mão de obra, e o de serviços apresentar-se como absorvedor de parte do excedente populacional desempregado. Isto se comprova quando se observa, na primeira, que o setor de serviços era detentor de 270.268 (57.27%) empregos formais em 1997, passando para 402.290 (57,35%) em 2007, fato que revela aumento considerável na quantidade de empregos e um leve aumento no percentual.

Na RMS, serviços era o setor que mais empregava (1997-2007), entretanto a redução percentual apresentou-se bastante significativa quando, em 1997, 70,24% do emprego formal estava no setor supracitado, reduzindo para 67,70% em 2007.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 1997/2007

Ramo de atividade	RMF				RMS			
	1997	%	2007	%	1997	%	2007	%
Indústria	97.370	20,63	146.678	20,91	61.631	9,84	92.916	10,25
Construção civil	30.868	6,54	31.443	4,48	40.032	6,39	61.638	6,80
Comércio	66.017	13,99	114.584	16,33	80.420	12,83	136.229	15,03
Serviços	270.286	57,27	402.290	57,35	440.139	70,24	613.523	67,70
Agropecuária	6.846	1,45	6.482	0,92	2.916	0,47	1.993	0,22
Outros/ignorado	575	0,12	0	0,00	1.510	0,24	0	0,00
Total	471.962	100,00	701.477	100,00	626.648	100,00	906.299	100,00

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS/MTE, 1997 e 2007 (BRASIL, [ca. 2008]).

Santos e Moreira (2006) mostram que a forte concentração no setor de serviços não ocorre somente no mercado de trabalho nordestino. Dessa forma, o que foi constatado até agora nas RM da região estudada faz parte de uma tendência mundial, já que a importância do aumento da oferta de empregos nesse setor pode ser encontrada tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento.

A indústria apresenta a mesma tendência nas duas RM analisadas. Na RMF, em 1997, o setor industrial era responsável por 20,63% da mão de obra formal empregada, passando para 20,91% (leve aumento) em 2007. Em 1997, o setor citado era responsável por 9,24% dos empregos na RMS, passando para uma participação de 10,25% (leve aumento) em 2007. Embora o emprego formal na indústria tenha ocorrido timidamente, esse é um resultado satisfatório.

Segundo Pochmann (2001), uma das principais consequências da reestruturação econômica do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 está na alteração das estruturas produtivas, em que a participação do emprego formal na indústria tem recuado mediante o aumento da participação no setor de serviços. Seguindo essa tendência de reestruturação, pode-se considerar que o aumento da participação do emprego industrial na RMS pode ser consequência do processo de industrialização do estado, via incentivos fiscais vivenciados na última década.

No Ceará, a industrialização teve início via incentivos fiscais desde a década de 1960. Entretanto, foi a partir de 1987 (Governo de Tasso Jereissati) que um

intenso processo de industrialização aconteceu. Segundo Vasconcelos, Almeida e Silva (1999), esse ano foi considerado um ponto de inflexão na política industrial do estado.

O comércio também apresenta dinâmica semelhante neste estudo. Ambas as RM têm aumento de participação do emprego formal nesse setor. A RMF, que em 1997 era responsável por 13,99% dos empregos formais, passa para 16,33% em 2007. E a RMS apresenta elevações de 12,83% em 1997 para 15,03% em 2007. Com o exposto, percebe-se que as RM estudadas apresentam trajetórias semelhantes no que concerne à geração de empregos por setor de atividade econômica. Esta é uma tendência do mercado de trabalho brasileiro a partir das novas formas de estruturação da produção, em particular do mercado de trabalho, destacado com precisão em Harvey (2004), Kon (1999) e Santos e Moreira (2006).

A redução constatada no setor agropecuário aqui estudado pode ter ocorrido, de um lado, pelo ganho de produtividade e, de outro, pela busca de aumento nos rendimentos, levando a mão de obra desse setor a abandonar seus postos e buscar trabalho em setores de atividades econômicas mais urbanizadas. Pode, também, ser consequência da interiorização das atividades agropecuárias nessas regiões metropolitanas. No caso da Bahia, a agropecuária tem forte representatividade no interior e no sul, com a criação de bois, no cerrado, com a produção de soja, bem como com a fruticultura irrigada no vale do São Francisco. No Ceará, o Projeto São José tem sido responsável pelo aumento da dinâmica desse setor, notadamente no interior do estado. Silva Filho e Queiroz (2009) constataram o aumento da participação desse setor no Ceará, que teve variação de 384,39% entre 1996 e 2006. Este fato, porém, foi verificado nos municípios interioranos.

Na Tabela 3, o destaque fica por conta da administração pública nas duas RM. Na RMF, a administração pública apresenta uma participação de 16,70% e em 2007 aumenta consideravelmente para 23,06%. Já o ensino, que em 1997 empregava 12,96%, reduz sua participação na contratação de mão de obra formal para 4,07% em 2007. Na RMS, a administração pública era responsável por 34,74% em 1997, apresentando tendência contrária à da RMF, quando, em 1997, empregava apenas 27,05% dos 906.299 trabalhadores formais. Cabe destacar que, diferentemente da RMF, a RMS ocupava segundo lugar no *ranking* em geração de emprego na administração técnica profissionalizante, com 10,66% em 1997 e 15,48% em 2007. Sobressai nesta tabela, como tendência comum às duas RM, o comércio varejista que, na RMF, era responsável por 11,39% dos empregos formais em 1997 e alcançou 13,59% em 2007. Na RMS ocorre movimento semelhante em 1997, quando representava 10,98%, elevando-se para 12,56% em 2007.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR RAMO DE ATIVIDADES (SUBSETOR IBGE) –
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
– 1997/2007

Setor	RMF				RMS			
	1997	%	2007	%	1997	%	2007	%
Extr mineral	1.120	0,24	1.299	0,19	659	0,11	3.910	0,43
Min não met	2.860	0,61	4.086	0,58	2.658	0,42	4.223	0,47
Ind metalurg	5.252	1,11	8.885	1,27	4.534	0,72	7.551	0,83
Ind mecânica	1.627	0,34	3.008	0,43	803	0,13	5.683	0,63
Elet e comun	1.409	0,30	1.479	0,21	847	0,14	2.022	0,22
Mat transp	1.358	0,29	2.348	0,33	799	0,13	7.386	0,81
Mad e mobil	3.055	0,65	3.641	0,52	1.757	0,28	3.200	0,35
Papel e graf	3.873	0,82	5.857	0,83	4.041	0,64	4.416	0,49
Bor fum cour	1.501	0,32	3.025	0,43	656	0,10	3.031	0,33
Ind química	5.472	1,16	8.924	1,27	14.503	2,31	18.834	2,08
Ind textil	33.071	7,01	54.708	7,80	5.773	0,92	7.565	0,83
Ind calçados	5.192	1,10	14.734	2,10	46	0,01	58	0,01
Alim e beb	25.140	5,33	29.795	4,25	10.176	1,62	13.924	1,54
Ser util pub	6.440	1,36	4.889	0,70	14.379	2,29	11.113	1,23
Constr civil	30.868	6,54	31.443	4,48	40.032	6,39	61.638	6,80
Com varej	53.779	11,39	95.343	13,59	68.809	10,98	113.803	12,56
Com atacad	12.238	2,59	19.241	2,74	11.611	1,85	22.426	2,47
Inst financ	9.717	2,06	11.024	1,57	14.915	2,38	12.836	1,42
Adm tec prof	31.604	6,70	81.427	11,61	66.825	10,66	140.339	15,48
Transp e comun	24.182	5,12	32.262	4,60	40.824	6,51	52.366	5,78
Aloj comunic	35.951	7,62	69.571	9,92	49.873	7,96	80.656	8,90
Med odon vet	28.809	6,10	17.701	2,52	27.259	4,35	42.392	4,68
Ensino	61.182	12,96	28.562	4,07	22.746	3,63	39.825	4,39
Adm pública	78.841	16,70	161.743	23,06	217.697	34,74	245.109	27,05
Agricultura	6.846	1,45	6.482	0,92	2.916	0,47	1.993	0,22
Outr/ign	575	0,12	0	0,00	1.510	0,24	0	0,00
Total	471.962	100,00	701.477	100,00	626.648	100,00	906.299	100,00

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS/MTE, 1997 e 2007 (BRASIL, [ca. 2008]).

Pode-se destacar também o setor médico-odontológico e veterinário. Para a RMF, que em 1997 era responsável pela geração de 28.809 (6,10%) dos empregos formais, a redução foi significativa em 2007 para 17.701 (2,52%). Na RMS, esse setor apresentou leve aumento em termos percentuais, de 4.35% em 1997 para 4,68% em 2007. Em termos absolutos, entretanto, a atividade empregava 27.259 em 1997, aumentando para 42.392 em 2007.

Para o setor têxtil e calçadista, a tendência de tais atividades destaca-se somente na RMF. Em 1997, a primeira era responsável por 7,01% dos postos de trabalho e em 2007 registrou aumento para 7,80%. Em termos absolutos, porém, o aumento foi de 33.071 mil para 54.704 em 1997 e 2007, respectivamente. Na indústria calçadista, o número elevou-se de 5.192 em 1997 para 14.374 em 2007. Embora, de acordo com Silva Filho e Queiroz (2009), essa indústria tenha apresentado maior dinâmica na geração de empregos para o interior cearense, que em 2006 era responsável por 52,50% do emprego formal, percebe-se que, na RMF, em termos absolutos, essa atividade tem apresentado representatividade, caso que não foi observado na RMS que, em 1997, empregava 46 e em 10 anos teve uma elevação para apenas 58 empregos formais.

A Tabela 4 apresenta a distribuição do emprego formal por tamanho do estabelecimento. Observa-se que houve leve aumento de percentual de mão de obra empregada no micro estabelecimento formal tanto na RMF como na RMS. Para a primeira, a variação foi de 72,73%, já para a segunda foi de 54,12%. No pequeno estabelecimento, a RMF exibiu elevação de 17,94% em 1997 para 19,71% em 2007; já na RMS, o aumento em termos percentuais foi de 14,74% para 16,53%, em 1997 e 2007, respectivamente.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL, POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO –
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
– 1997/2007

Tamanho	RMF				RMS			
	1997	%	2007	%	1997	%	2007	%
Micro (1 a 9)	53.995	11,44	93.267	13,30	70.437	11,24	108.560	11,98
Pequena (10 a 49)	84.689	17,94	138.250	19,71	92.371	14,74	149.850	16,53
Média (50 a 499)	133.585	28,30	194.280	27,70	155.209	24,77	229.816	25,36
Grande (acima de 499)	199.693	42,31	275.680	39,30	308.631	49,25	418.073	46,13
Total	471.962	100,00	701.477	100,00	626.648	100,00	906.299	100,00

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS/MTE, 1997 e 2007 (BRASIL, [ca. 2008]).

No tocante ao médio e ao grande estabelecimento, na RMF, ambas apresentaram redução, em termos percentuais na contratação de mão de obra formal. Para o médio estabelecimento, a redução foi de 28,30% para 27,70% em 10 anos; já para o grande, a redução percentual foi de 42,31% em 1997 para 39,30% em 2007. Para a RMS, o médio estabelecimento apresenta tendência contrária da RMF, quando, em 1997, empregava 24,77% e em 2007 registrou leve aumento para 25,36%. O grande estabelecimento mostrou a

mesma dinâmica na RMF: a redução percentual foi de 49,25% para 46,13% em 1997 e 2007, respectivamente. Para Santos e Moreira (2006), essa é uma tendência do modelo de acumulação flexível, que, em razão do avanço tecnológico e de um processo de desintegração vertical da produção, leva as empresas a reduzirem o porte. Deste modo, aos poucos, o micro e o pequeno estabelecimento ganham espaço no mercado.

Perfil dos trabalhadores formais da Região Metropolitana de Fortaleza *vis-à-vis* Região Metropolitana de Salvador em 1997 e 2007

No tocante à análise do perfil do trabalhador, observa-se, na Tabela 5, que há predominância do gênero masculino no mercado de trabalho formal tanto na RMF como na RMS. Em 1997, dos 471.962 empregos formais da RMF, 273.008 (57,85%) eram ocupados por trabalhadores do sexo masculino; em 2007, dos 701.477 empregos formais, 410.985 (58,59%) eram exercidos por homens. As mulheres ocupavam 42,15% e passaram a ocupar 41,41% em 1997 e em 2007, respectivamente.

TABELA 5
NÚMERO DE EMPREGADOS FORMAIS, SEGUNDO O GÊNERO – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 1997/2007

Gênero	RMF				RMS			
	1997	%	2007	%	1997	%	2007	n
Masculino	273.008	57,85	410.985	58,59	360.607	57,55	530.734	58,56
Feminino	198.954	42,15	290.492	41,41	266.041	42,45	375.565	41,44
Total	471.962	100,00	701.477	100,00	626.648	100,00	906.299	100,00

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS/MTE, 1997 e 2007 (BRASIL, [ca. 2008]).

Para a RMS, a dinâmica é a mesma. Em 1997, 57,55% dos empregos formais eram ocupados por pessoas do sexo masculino, apresentando leve aumento em 2007, para 58,56%. A mão de obra feminina ocupava 42,45% e 41,44%, em 1997 e 2007, respectivamente. Os dados apresentados comprovam a maior participação da mão de obra masculina no emprego formal nas RM estudadas. Cabe destacar que a participação da mão de obra feminina apresenta-se em minoria considerável. Leone (1996) acredita ser necessário o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, tanto por questões econômicas quanto por questões pessoais (independência financeira) como também devido a mudanças do papel feminino na sociedade. Em alguns casos, estas se constituem chefes de família em face da ausência paterna. Percebe-se, no

entanto, que a mulher continua minoria no mercado de trabalho nas RM estudadas e, em uma década, sua participação sofreu uma redução nessas Regiões Metropolitanas. Assim, faz-se necessária a criação de novos postos de trabalhos compatíveis com as aptidões femininas, objetivando o aumento desse contingente na População Economicamente Ativa (PEA), como forma de inserção e igualdade de gênero no mercado de trabalho.

A Tabela 6 apresenta o número de empregos formais por faixa etária. Pode-se observar que, não apenas na RMF como também na RMS, o percentual de trabalhadores com até 17 anos reduziu. Na primeira, tanto em termos absolutos quanto em termos percentuais, dado que, em 1997, 3.187 (0,68%) empregos formais eram ocupados por pessoas até essa idade e, em 2007, 2.140 (0,31%). Para a segunda RM, os dados mostram que o *quantum* era de 2.485 (0,40%) e 2.516 (0,28%), em 1997 e 2007, respectivamente. Esse baixo percentual de jovens no mercado de trabalho tem dupla dimensão a ser considerada: primeiro, pode ser positivo, quando se tratar de políticas de inclusão do jovem nas escolas e redução do trabalho infantil, a exemplo do Programa Bolsa Escola e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), desenvolvidos pelo governo federal; segundo, pode ser considerado ruim, quando analisado pela ausência de políticas de incentivo ao primeiro emprego.

TABELA 6
TOTAL DE EMPREGADOS FORMAIS POR FAIXA ETÁRIA – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 1997/2007

Idade	RMF				RMS			
	1997	%	2007	%	1997	%	2007	%
Até 17	3.187	0,68	2.140	0,31	2.485	0,40	2.516	0,28
18 a 24	76.468	16,20	113.521	16,18	81.201	12,96	117.376	12,95
25 a 29	78.931	16,72	124.565	17,76	98.741	15,76	160.382	17,70
30 a 39	149.244	31,62	200.481	28,58	203.279	32,44	275.030	30,35
40 a 49	102.263	21,67	154.575	22,04	146.528	23,38	214.125	23,63
50 a 64	55.478	11,75	97.108	13,84	79.607	12,70	127.989	14,12
65 ou mais	5.784	1,23	9.082	1,29	12.786	2,04	8.868	0,98
Ignorado	607	0,129	5	0,001	2.021	0,323	13	0,001
Total	471.962	100,00	701.477	100,00	626.648	100,00	906.299	100,00

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS/MTE, 1997 e 2007 (BRASIL, [ca. 2008]).

A dinâmica do emprego formal por faixa etária assemelha-se nas RM aqui estudadas. Em 1997, a faixa etária que mais se encontrava empregada estava entre os que tinham entre 30 (31,62%) e 39 (32,44%) anos, tanto na RMF quanto na RMS, respectivamente. Em 2007, observa-se leve redução percentual, porém continua sendo a faixa etária com mais mão de obra formal empregada – 28,58% para RMF e 30,35% para RMS. Em seguida, vem a faixa entre 40 e 49 anos que, em termos percentuais, apresenta leve aumento tanto na RMF como na RMS. Em 1997 e em 2007, respectivamente, para a primeira, de 21,67% sobe para 22,04%; para a segunda, de 23,38% sobe para 23,63%.

Cabe destacar que, para a RMF, os jovens entre 18 e 24 anos têm representatividade na força de trabalho superior aos da RMS. Em 1997, 16,20% da mão de obra estava na faixa acima citada; em 2007, essa representa 16,18%, embora em termos absolutos tivesse registrado grande elevação – em 1997, 76.468; em 2007, 113.521. Isso pode ser justificado pela necessidade de os jovens ingressarem mais cedo no mercado de trabalho, embora tal tendência não tenha sido observada na RMS. Nesta, o percentual de jovens nessa faixa é menor, dado que, em 1997, 12,96% e em 2007, 12,95% da mão de obra formal era constituída de jovens dessa idade, embora em termos absolutos esses sejam em número superior na RMF: de 81.201 aumentou para 117.376 nos 10 anos aqui estudados.

Na verdade, o diferencial na Tabela 6 está no número de trabalhadores acima de 65 anos que, na RMF, tanto em termos absolutos quanto percentuais, apresentou aumento neste estudo. Em 1997, 5.784 (1,23%) estavam acima de 65 anos e em 2007, 9.082 (1,29%). Para a RMS, a dinâmica foi contrária, quando reduziu de 12.785 (2,04%) em 1997, para 8.868 (0,98%) em 2007. Para a RMF, esse aumento pode ser explicado, em parte, pela necessidade da permanência desse grupo na ativa, pois, em muitos casos, essa é a única fonte de renda para toda a família.

Os dados apresentados na Tabela 7 mostram o nível de instrução e evidenciam a redução significativa no número de analfabetos com empregos formais, tanto na RMF quanto na RMS. Nesta última, porém, a redução foi mais acentuada. Em 1997, os números apontam 14.053 (2,98%) para a primeira e 14.572 (2,33%) para a segunda; já em 2007, a redução foi mais acentuada: a RMF ficou com 4.807 (0,69%) e a RMS com 2.756 (0,30%). A explicação mais fundamentada para tal fenômeno incide sobre a exigência do mercado de trabalho por mão de obra qualificada, bem como sobre os programas do governo federal, que têm atuado no combate ao analfabetismo e/ou na parceria público/privado pela via do recrutamento de mão de obra mediante processos de qualificação e treinamento com vistas à qualificação profissional.

TABELA 7
TOTAL DE EMPREGADOS FORMAIS, SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO – REGIÃO
METROPOLITANA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR –
1997/2007

Instrução	RMF				RMS			
	1997	%	2007	%	1997	%	2007	%
Analfabeto	14.053	2,98	4.807	0,69	14.572	2,33	2.756	0,30
Até 5 a inc	54.080	11,46	25.040	3,57	43.048	6,87	23.227	2,56
5 a compl fund	40.226	8,52	22.157	3,16	48.789	7,79	26.398	2,91
6 a 9 fund	56.017	11,87	52.310	7,46	68.820	10,98	54.535	6,02
Fund compl	81.027	17,17	112.063	15,98	83.072	13,26	81.776	9,02
Médio incomp	30.428	6,45	55.553	7,92	44.508	7,10	65.209	7,20
Médio compl	124.476	26,37	286.108	40,79	223.803	35,71	458.809	50,62
Sup. Incomp	11.952	2,53	30.963	4,41	14.530	2,32	38.045	4,20
Sup. Comp	57.455	12,17	111.288	15,86	82.885	13,23	152.047	16,78
Mestrado	2.248	0,48	998	0,14	2.621	0,42	2.848	0,31
Doutorado	0	0,000	190	0,03	0	0,00	649	0,07
Ignorado	0	0,000	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	471.962	100,00	701.477	100,00	626.648	100,00	906.299	100,00

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS/MTE, 1997 e 2007 (BRASIL, [ca. 2008]).

Destaca-se ainda que a redução da mão de obra com até o 5º ano de ensino fundamental foi acentuada para a RMF, dado que, em 1997, 19,98% tinham até o 5º ano e em 2007 esse percentual reduziu para 6,73%. Na RMS a tendência foi a mesma, ao registrar, em 1997, 14,66% e, em 2007, 5,47 de trabalhadores formais com instrução até o 5º ano do ensino fundamental.

Ainda é destaque nessa tabela o número de trabalhadores com ensino médio completo, tanto na RMF quanto na RMS. Para a primeira, dos 471.962 trabalhadores formais, 124.476 (26,37%) tinham esse nível de escolaridade em 1997; em 2007, dos 701.477 empregados formais, 286.108 (40,79%) tinham ensino médio, elevação considerável, tanto em termos absolutos quanto percentuais. Já para a segunda, o percentual foi superior na década aqui estudada. Em 1997, a RMS empregava 223.803 (35,71%) do total de 626.648 trabalhadores com ensino médio, passando, em 2007, para 458.809 (50,62%) dos 906.299 empregos diretos. Para essa RM, a participação de trabalhadores com ensino médio completo foi superior tanto em números absolutos quanto em percentuais na década analisada. Se for considerado como fator de qualificação da mão de obra formal, a RMS está além da RMF em termos instrucionais.

No tocante ao ensino superior completo, as duas RM estudadas apresentaram elevação entre 1997 e 2007. Nesses anos, a RMF empregava 12,17% e 15,86%

enquanto a RMS empregava 13,23% e 16,78%, respectivamente. Já com mestrado, a RMF apresentou redução tanto em termos absolutos quanto percentuais: em 1997, 2.248 (0,48%) e, em 2007, 998 (0,14%); a RMS apresentou aumento absoluto e redução percentual em 1997, com 2.621 (0,42%) e em 2007, com 2.848 (0,31%). Com doutorado, em 1997, nenhuma das RM empregava formalmente; já em 2007, a RMF empregava 190 doutores (0,03%) e a RMS empregava 649, ou seja, 0,07% da mão de obra formal.

Rocha (2002, p. 7), em seu estudo sobre subsídios fiscais e desenvolvimento local no Ceará, argumenta:

Os investimentos em educação e infraestrutura, certamente, terão impactos socioeconômicos significativos no médio e longo prazo. Contudo, apesar de terem efeitos mais sustentáveis [...] sua participação nas mudanças recentes do perfil socioeconômico do estado é, talvez, relativamente menos expressivas do que a das medidas verticais – políticas de incentivos fiscais.

A Tabela 8 exhibe os dados relativos à distribuição dos trabalhadores formais, de acordo com o tempo de trabalho. Percebe-se que, em 1997, 27,07% permanecia menos de 1 ano em seus postos de trabalho na RMF e, em 2007, esse percentual elevou-se para 31,20%, o que é considerável. Na RMS, a tendência foi a mesma, pois, de 25,96% em 1997, aumentou para 31,48% em 2007. Para os que permaneciam de 1 a menos de 3 anos, a rotatividade foi maior para a RMS. Esta, de 18,60% em 1997 passou para 23,94% em 2007. Para a RMF, o percentual que era de 24,11% em 1997 foi para 24,81% em 2007. Segundo Baltar e Proni (1996), a rapidez com que as pessoas perdem seus empregos chama a atenção em todo o país, dado que as empresas permanecem com um mínimo possível de mão de obra fixa, contratando para adequar a produção nos momentos oportunos. Nesse caso, a tendência aqui apresentada faz parte de um processo nacional de flexibilização do mercado de trabalho que se tornou mais acentuado com a abertura econômica ocorrida entre final dos anos oitenta e início dos anos noventa. Isso tem consequências negativas no mercado de trabalho, quando se verifica a existência de desestruturação das relações entre empregados e empregadores. Este entendimento é explicitado por Camargo (1996, p. 13):

Os incentivos a contratos de trabalho a curto prazo o desincentivo a negociações tem consequências negativas. A mais importante é o baixo nível de investimento em treinamentos nas firmas e, portanto, o baixo nível de qualificação na mão de obra, além da tendência a uma relação de capital/trabalho não cooperativa. O treinamento no emprego restringe-se a uma capacitação muito específica e indispensável, já que a probabilidade de rompimento dos vínculos empregatícios é muito grande e nem empregados e empregadores se dispõem a pagar por treinamentos específicos ou gerais.

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES FORMAIS, SEGUNDO TEMPO DE SERVIÇO –
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
– 1997/2007

Tempo de trabalho	RMF				RMS			
	1997	%	2007	%	1997	%	2007	%
Menos de 1 ano	127.749	27,07	218.883	31,20	162.649	25,96	285.292	31,48
1 a menos de 3 anos	113.807	24,11	174.046	24,81	116.575	18,60	216.957	23,94
3 a menos de 5 anos	43.471	9,21	82.906	11,82	56.977	9,09	98.137	10,83
5 ou mais anos	186.702	39,56	225.514	32,15	288.543	46,05	305.725	33,73
Ignorado	233	0,05	128	0,02	1.904	0,30	188	0,02
Total	471.962	100,00	701.477	100,00	626.648	100,00	906.299	100,00

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS/MTE, 1997 e 2007 (BRASIL, [ca. 2008]).

Cabe destacar que aqueles que permaneciam 5 anos ou mais em seus postos de trabalho tiveram redução nas duas RM. Para a RMF, de 39,56% em 1997, reduziu para 32,15% em 2007. Já para a RMS, de 46,05% em 1997 reduziu acentuadamente para 33,73% em 2007. Todavia, a rotatividade elevada da mão de obra formal está presente em ambas as RM e também em todo o país.

A mão de obra tem sido um dos fatores mais flexíveis nas mudanças econômicas que se verificam no mundo. Sendo assim, as empresas contratam e demitem trabalhadores de acordo com o rumo das variações econômicas que vêm ocorrendo em toda a economia capitalista. A perda de combatividade dos sindicatos, a falta de organização consistente dos trabalhadores, bem como o modelo de acumulação flexível de produção, no qual os trabalhadores têm sido treinados para executar várias funções, têm contribuído para a flexibilização nesse mercado de fator de produção.

Segundo Urani (1996), o fato de o mercado de trabalho no Brasil apresentar-se bastante flexível pode ser prejudicial para o trabalhador, dado que as empresas, em sua maioria, reduzem ou nem investem no capital humano, acarretando, muitas vezes, perda de competitividade. Isso pode também se refletir nas desigualdades regionais, no tocante à renda e às condições de trabalho.

Os dados da Tabela 9 referem-se ao número de trabalhadores formais segundo a faixa de remuneração. Para as duas RM, percebe-se aumento no percentual de trabalhadores que auferiam até 2 salários mínimos (SM). Para a primeira, em 1997, 46,99% estavam na faixa de remuneração citada, passando, em 2007, para 68,10%, elevação considerável. Para a segunda, esse percentual saiu de 31,00% em 1997 para 51,27% em 2007. Deste modo, o percentual de trabalhadores que recebiam até 2 SM foi mais acentuado na RMF tanto em 1997 quanto em 2007. Isso mostra o empobrecimento do trabalhador formal

metropolitano que, em uma década, apresentou aumento no número dos que estão em uma faixa salarial que oferece um nível de vida precário na garantia das condições de existência e na permanência em seus postos de trabalho.

TABELA 9
TOTAL DE EMPREGADOS FORMAIS, SEGUNDO FAIXA DE REMUNERAÇÃO – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 1997/2007

Renda	RMF				RMS			
	1997	%	2007	%	1997	%	2007	%
Até 1 sm	31.888	6,76	51.506	7,34	14.278	2,28	34.611	3,82
Mais de 1 a 2 sm	189.870	40,23	426.202	60,76	179.963	28,72	430.009	47,45
Mais de 2 a 3 sm	83.604	17,71	69.968	9,97	117.109	18,69	132.067	14,57
Mais de 3 a 5 sm	64.864	13,74	70.759	10,09	142.465	22,73	148.602	16,40
Mais de 5 a 10 sm	56.655	12,00	51.501	7,34	100.539	16,04	97.345	10,74
Mais de 10 a 20 sm	28.192	5,97	18.262	2,60	44.308	7,07	36.716	4,05
Mais de 20 sm	15.346	3,25	9.103	1,30	26.346	4,20	14.541	1,60
Ignorado	1.543	0,33	4.176	0,60	1.640	0,26	12.408	1,37
Total	471.962	100,00	701.477	100,00	626.648	100,00	906.299	100,00

Fonte: Elaborada com base em dados da RAIS/MTE, 1997 e 2007 (BRASIL, [ca. 2008]).

Para aqueles que auferiam mais de 2 e até 3 SM, a redução foi visível nas duas RM, porém mais acentuada na RMF que, em 1997, contava com 83.604 (40,23%) empregados formais recebendo salários nessa faixa e, em 2007, reduziu para 69.968 (9,97%). Esse decréscimo foi tanto percentual quanto absoluto, ainda que mais acentuado em termos percentuais. Para a RMS, ocorreu a mesma dinâmica, entretanto a redução percentual foi menor ao registrar, em 1997, 117.109 (18,69%) empregados na faixa citada e em 2007 132.067 (14,57%). A redução nessa RM foi maior em termos percentuais, porém aumentou em termos absolutos.

Todas as faixas de remuneração (mais de 3 a 5, mais de 5 a 10, mais de 10 a 20, mais de 20) apresentaram redução percentual do quantitativo de trabalhadores nas décadas analisadas. Esses números evidenciam que tanto na RMF como na RMS, mesmo com o aumento do grau de instrução (Tabela 7), os trabalhadores não conseguiram elevar ou mesmo manter a renda em seus postos de trabalho. Com isso, percebe-se a desestruturação do emprego formal e das condições de vida dos trabalhadores metropolitanos nas duas maiores economias do Nordeste.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo contribuir, por meio da pesquisa bibliográfica e da análise de dados da RAIS/MTE, com um estudo em torno do processo de dinamização econômica das Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Salvador, no que concerne ao processo de evolução dos estabelecimentos formais no período de 1997 a 2007, bem como analisar o perfil do trabalhador formal de tais estabelecimentos. A investigação girou em torno do aumento no emprego e da dinâmica setorial das atividades econômicas aqui expostas.

No que se refere ao número de estabelecimentos que empregavam formalmente nas duas Regiões Metropolitanas, encontrou-se o aumento considerável em seu número em uma década (1997/2007). Cabe ressaltar que a variação percentual na RMF foi superior à RMS, quando a primeira apresentou taxa de crescimento de 63,60%, enquanto a segunda cresceu 51,80% (ver Tabela 1). Isso é resultado, provavelmente, do processo de reestruturação produtiva da economia brasileira, nos anos de 1990, como também das políticas de incentivos fiscais implementadas pelos estados da Bahia e do Ceará.

Em relação ao setor de atividade econômica que mais empregou, observou-se a concentração do emprego formal nos serviços, tanto na RMF (57,35% em 2007) quanto na RMS (67,70% em 2007). Para os autores consultados, a forte concentração do emprego formal nesse setor pode ser constatada em economias em desenvolvimento nas quais há menor expressividade da agropecuária e da indústria e maior representatividade dos serviços. Assim, por essa ótica, a RMF mostrou-se em melhores condições, tanto em ter menor contingente de mão de obra no setor citado quanto em ter mais que o dobro do percentual na indústria, por exemplo, 20,91% em 2007, contra 10,25% no mesmo ano para a RMS.

No que se refere ao perfil do trabalhador formal, em 2007, predominou a mão de obra masculina nas duas RM, sendo o percentual praticamente igual, quando na RMF esses ocupavam 58,59% e na RMS o percentual foi de 58,56%. No tocante às faixas etárias, ambas as RM apresentaram características semelhantes em quase todas. O destaque, porém, ficou na faixa de 65 anos ou mais para a RMF que, diferentemente da RMS, teve aumento da participação desse grupo na força de trabalho, tanto em termos absolutos quanto percentuais – 5.784 (1,23%) em 1997 e 9.082 (1,29%) em 2007.

Outro resultado que merece destaque está relacionado ao número de analfabetos nas duas RM (ver Tabela 7). Mesmo com a redução absoluta e percentual desse número, somente 40,79 e 50,62% dos trabalhadores na RMF e RMS, respectivamente, tinham o ensino médio completo. Esta variável registrou aumento significativo em 10 anos (ver Tabela 7), porém ainda pouco significativo, se o nível de escolaridade for considerado como fator determinante no processo de melhoria das condições de trabalho e do padrão de vida da

mão de obra metropolitana. A baixa qualificação pode ser explicada pelo fato de a maioria dos trabalhadores dessa área de investigação (ver Tabela 2) estar em um setor da atividade econômica que, segundo Santos e Moreira (2006), requer menor qualificação da mão de obra formal para o exercício de suas atividades profissionais.

Ainda assim, chama a atenção que, mesmo com melhores níveis de escolarização, aumentou consideravelmente o número de trabalhadores que auferiam nas primeiras faixas salariais e reduziu o número dos que recebiam nas últimas faixas nas duas RM (ver Tabela 9). Para a RMF, em 2007, 68,10% da mão de obra formal ganhavam até 2 SM e, na RMS, 51,27%. Para os que percebiam mais de 5 e até 10 SM, porém, o percentual reduziu de 12,00% para 7,34% para a RMF e de 16,04% para 10,74% para a RMS em 1997 e 2007, respectivamente.

Em suma, a presente investigação constatou que as políticas de incentivos fiscais apresentaram efeitos no que concerne ao aumento no número de estabelecimentos e empregos formais nas duas Regiões Metropolitanas. Todavia, as condições socioeconômicas dos trabalhadores, em uma década, mostraram-se em processo de atrofiamento evidenciado nos baixos salários e na alta rotatividade da mão de obra (ver Tabela 8), mesmo quando seu nível de instrução apresentou melhoras. Posto isso, pode-se assegurar que a hipótese levantada no início desta pesquisa foi confirmada ao longo das discussões aqui expostas e da análise empírica dos dados da RAIS/MTE. Ou seja, a precarização do emprego formal está presente e foi constatada nas duas RM aqui investigadas.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; PRONI, Marcelo Weishaupt. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, Carlos Alongo B. de (Org.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* Campinas, SP: Scritta, 1996. p. 109-150. (Pensiere).

BARROS, José Roberto Mendonça de; GALVÃO, Antônio Carlos. A política de industrialização do Nordeste em face da crise econômica brasileira. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.33, n. Especial, p. 381-410, jul. 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Dados e Estatísticas. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*, 1997 e 2007. Brasília, [ca. 2008]. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>>. Acesso em: 30 maio 2008.

CAMARGO, José Márcio. Flexibilidade e produtividade no mercado de trabalho brasileiro. In: CAMARGO, José Márcio (Org.). *Flexibilidade no mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 11-43.

CARDOSO, Eliane. A inflação no Brasil. In: MOURA, Alkimar R. (Org.). *PAEG e REAL: dois planos que mudaram a economia brasileira*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2007. p. 95-140.

COCCO, Giuseppe. *Novas figuras do trabalho no pós-fordismo: o trabalho imaterial*. Trabalho apresentado ao 4º. Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Rio de Janeiro, 1995.

DINIZ, Clélio Campolina; BASQUES, Maria Fernanda Diamante. *A industrialização nordestina recente e suas perspectivas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

FIGUEIREDO, Marcelo Gonçalves; MICHEL, Renault; RANGEL, Ronaldo. *Acumulação flexível e novas relações de trabalho*. Trabalho apresentado ao 4º Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET, Rio de Janeiro, 1995.

FRASSA, Juliana. Tendencias globales y locales en los nuevos modelos de producción y organización del trabajo. Apuntes para la discusión. *Trabajo y Sociedad*, Santiago del Estero, AR, n. 11, v. X, p.1-14, primavera de 2008.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HELOANI, José Roberto. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KON, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 19, n. 2(74), p. 64-82, abr./jun. 1999.

LAGO, Luiz Aranha Correa do. *A retomada do crescimento e a distorções do "Milagre": a ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LEONE, Eugênia Trancoso. Empobrecimento da população e inserção da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo na década de 1980. In: OLIVEIRA, Carlos Alongo B. de (Org.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* Campinas, SP: Scritta, 1996. p. 151-170. (Pensiere).

MENEZES, Adriano Saquis B de; CARVALHO, Eveline Barbosa S. Dimensões do desenvolvimento: teoria e prática no Nordeste brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 234-245, abr./jun. 1999.

OLIVEIRA, Graziela de. *Modernização das relações de trabalho*: uma nova estrutura de poder na fábrica? Trabalho apresentado ao 4º Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET, Rio de Janeiro, 1995.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ROCHA, Antônio Gláuter Teófilo. Velhos instrumentos, enfoque inovador: combinando subsídios fiscais e desenvolvimento local – o caso do Ceará. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA NSP, 22., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: NSP, 2002.

SABOIA, João. A dinâmica da descentralização industrial do Brasil. In: ENCONTRO DE ECONOMISTAS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 6., 2001, Évora. *Anais...* Évora: [s.n.], 2001. v.1.

SANTOS, Loraine Meneses dos; MOREIRA, Ivan Targino. Condições do mercado de trabalho no setor de serviços no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, 15., 2006, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2006.

SILVA FILHO, Luís Abel; QUEIROZ, Silvana Nunes de. A trajetória da indústria e do emprego formal no Ceará 1996/2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO - ABET, 11, 2009, Campinas, SP. *Anais...* Campinas, SP: ABET, 2009.

SOUZA, Hermínio Ramos de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 499-518, out./dez. 1997.

URANI, André. Ajuste macroeconômico e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio (Org.). *Flexibilidade no mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 57-112.

VASCONCELOS, José Romeu de; ALMEIDA, Manoel Bosco de; SILVA, Almir Bittencourt da. *Ceará: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986 a 1996*. Brasília, fevereiro de 1999.